

Só Questões



Concurso Público - Ano 2019

300

Questões Fundamentadas

SUS

Lei 8.080/90

NOB/SUS

PNS

Arts. 196 e 200 da CF



Acerte o alvo!

*Diferencial
Campeões*

300

Questões Fundamentadas da
SUS
(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila de 300 Questões Fundamentadas do
SUS – (LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)**

Acesse o site:



SUMÁRIO

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	113
Bibliografia.....	202

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A Lei do SUS – Lei 8.080/90, juntamente com a NOB/SUS e o PNS vêm sendo exigidos nos conteúdos programáticos dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, é possível dizer que:

- I. No nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.
- II. É permitida a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.
- III. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada.
- IV. Os planos de saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

- e) Todas as proposições estão corretas.

2. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

A gratuidade das ações e serviços de saúde fica preservada nos serviços públicos contratados, incluindo-se as cláusulas relativas aos contratos ou convênios estabelecidos com as entidades privadas.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

3. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, sendo conhecida como Lei Orgânica do SUS (Sistema Único de Saúde). Em relação a essa Lei, considere as seguintes afirmativas:

- 1) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- 2) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos, e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
- 3) O dever do Estado exclui o das pessoas da família, das empresas e da sociedade.
- 4) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Estão contemplados no texto da Lei 8.080 os itens:

- a) 1 e 2 apenas;
- b) 1, 2 e 3 apenas;
- c) 2, 3 e 4 apenas;
- d) 3 e 4 apenas;
- e) 1, 2 e 4 apenas.

4. Complete a lacuna.

Em regra, é a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde.

- () vedada
- () permitida

5. Nos termos do art. 35 da Lei nº 8.080/90, para o estabelecimento de valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

- I – perfil demográfico da região;
- II – perfil epidemiológico da população a ser coberta;
- III – características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;
- IV – desempenho técnico, econômico e educacional no período anterior;
- V – níveis de participação do setor saúde nos orçamentos federais e estaduais;

VI – previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;

VII – ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I, II, IV e V.
- b) I, II, III, VI e VII.
- c) II, III, IV, V e VI.
- d) III, V, VI e VII.
- e) II, IV, V, VI e VII.

6. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

Com relação ao Decreto 7.508/2011, pode-se afirmar que Região de Saúde é um espaço geográfico contínuo ou descontínuo, constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

7. Complete a lacuna.

Cabe à promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde, bem como

acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema único de Saúde.

- () **Direção Nacional do Sistema Único de Saúde**
- () **Direção Estadual do Sistema Único de Saúde**
- () **Direção Municipal do Sistema Único de Saúde**

8. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

Toda pessoa tem o direito de decidir se seus familiares e acompanhantes deverão ser informados sobre seu estado de saúde, desde que não seja nada grave.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

9. De acordo com a Lei 8.080/90, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na de políticas econômicas e sociais que visem à redução de e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. As lacunas são corretamente preenchidas respectivamente por:

- a) Execução subordinada / casos de doenças / amplo e irrestrito;
- b) Formulação associada / casos de epidemias / restrito e hierárquico;
- c) Formulação e execução / riscos de doenças / universal e igualitário;
- d) Subordinação / casos de morte / fácil e rápido;
- e) Observância / ocupação hospitalar / dinâmico e absoluto.

10. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

Será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa através de convênios ou doações.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

11. Com relação aos deveres dos usuários da saúde nos termos da legislação vigente, deve-se considerar, EXCETO:

- a) Transferir a responsabilidade aos familiares pela recusa a procedimentos, exames ou tratamentos recomendados, em todas as situações de acompanhamento da saúde do usuário, considerando sua fragilidade para tomar decisões.
- b) Ter em mãos os documentos e, quando solicitados, os resultados de exames que estejam em poder do usuário.
- c) Expressar se compreendeu as informações e orientações recebidas e, caso ainda tenha dúvidas, solicitar esclarecimento sobre elas.
- d) Seguir o plano de tratamento proposto pelo profissional ou pela equipe de saúde responsável pelo cuidado, que deve ser compreendido e aceito também pela pessoa que é responsável pelo seu tratamento.

12. Considerando algumas ações e serviços do Sistema Único de Saúde, relacione as colunas a seguir:

1.PAB

2.PSF

3.PPI

4.SUS

- () Sistema Único de Saúde.
- () Programa de Saúde da Família.
- () Programação Pactuada Integrada.
- () Piso Assistencial Básico.

A sequência está correta em:

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 4, 3, 2, 1.
- c) 4, 2, 1, 3.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 1, 4, 2, 3.

RESPOSTAS

1.

Resposta: B
Comentário
Art. 10, caput, § 2º da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 23, caput da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 17, caput, XIV da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 36, caput, § 1º da Lei nº 8.080/1990 – SUS

2.

Resposta: F
Fundamento
Art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – SUS

3.

Resposta: E
Comentário
Art. 2º, caput da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 2º, § 1º da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 2º, § 2º da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 3º, caput da Lei nº 8.080/1990 – SUS

4.

Resposta: vedada
Fundamento
Art. 23, caput da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – SUS

5.

Resposta: B
Comentário
Art. 35, caput, I da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 35, caput, II da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 35, caput, III da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 35, caput, IV da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 35, caput, V da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 35, caput, VI da Lei nº 8.080/1990 – SUS
Art. 35, caput, VII da Lei nº 8.080/1990 – SUS

6.

Resposta: F
Fundamento
Art. 2º, caput, I do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011

7.

Resposta: Direção Estadual do Sistema Único de Saúde
Fundamento
Art. 17, caput, I e II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – SUS

8.

Resposta: F
Fundamento
Art. 3º, caput, parágrafo único, III da Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 – Carta dos direitos dos usuários da saúde

9.

Resposta: C
Comentário
Art. 2º, caput, § 1º da Lei nº 8.080/1990 – SUS

10.

Resposta: F
Comentário
Art. 38 da Lei nº 8.080/1990 – SUS

11.

Resposta: A
Comentário
Art. 6º, caput, parágrafo único, V da Portaria nº 1.820/2009 – Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde.
Art. 6º, caput, parágrafo único, VIII da Portaria nº 1.820/2009 – Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde.
Art. 6º, caput, parágrafo único, II da Portaria nº 1.820/2009 – Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde.
Art. 6º, caput, parágrafo único, III da Portaria nº 1.820/2009 – Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde.

12.

Resposta: C
Comentário
Piso Assistencial Básico (PAB)
<p>O PAB consiste em um montante de recursos financeiros destinado ao custeio de procedimentos e ações de assistência básica, de responsabilidade tipicamente municipal. Esse Piso é definido pela multiplicação de um valor <i>per capita</i> nacional pela população de cada município (fornecida pelo IBGE), e transferido regular e automaticamente ao fundo de saúde ou conta especial dos municípios e, transitoriamente, ao fundo estadual, conforme condições estipuladas nesta NOB.</p>
Pg. 20 da NOB-SUS
Incentivo aos Programas de Saúde da Família (PSF) e de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)
<p>Fica estabelecido um acréscimo percentual ao montante do PAB, de acordo com os critérios a seguir relacionados, sempre que estiverem atuando integradamente à rede municipal, equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde, ou estratégias similares de garantia da integralidade da assistência, avaliadas pelo órgão do MS (SAS/MS) com base em normas da direção nacional do SUS.</p>
Pg. 20 da NOB-SUS
Programação Pactuada e Integrada - PPI
<p>A PPI envolve as atividades de assistência ambulatorial e hospitalar, de vigilância sanitária e de epidemiologia e controle de doenças, constituindo um instrumento essencial de reorganização do modelo de atenção e da gestão do SUS, de alocação dos recursos e de explicitação do pacto estabelecido entre as três esferas de governo. Essa Programação traduz as responsabilidades de cada município com a garantia de acesso da população aos serviços de saúde, quer pela oferta existente no próprio município, quer pelo encaminhamento a outros municípios, sempre por intermédio de relações entre gestores municipais, mediadas pelo gestor estadual.</p>
Pg. 18 da NOB-SUS

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 34ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 17ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 26ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2018.

Norma Operacional Básica do SUS – NOB/SUS-1996

PLANO NACIONAL DE SAÚDE REVISÃO E EXTENSÃO A 2020

Pactos pela saúde – volume 1 ao 9

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990: Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

300

Questões Fundamentadas da
SUS

(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

PORTARIA Nº 399, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006: Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

LEI Nº 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015: Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

LEI Nº 13.427, DE 30 DE MARÇO DE 2017: Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

COMO ADQUIRIR

30,00	300 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO SUS – (LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)
--------------	--

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

300

Questões Fundamentadas da
SUS

(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **BRADERCO**

Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)

Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)

CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **CAIXA**

Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)

Operação: **013**

Conta: **10964-9** (poupança)

CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **0099-X** (Cajazeiras)

Conta: **29563-9** (Conta corrente)

CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo

WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.

300

Questões Fundamentadas da
SUS
(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do **PAGSEGURO**. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

TIM **041 (33) 99161.3584**

OI **031 (33) 98897-7616**

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

 **odiferencial**
CONCURSOS
www.odiferencialconcursos.com.br